



Veículo: O Liberal		
Data: 11/06/2018	Caderno: Atualidades	Página: 06
Assunto: Direitos Humanos		
Tipo: Notícia	Ação: Provocada	Classificação: Neutra

CNDH debate violações dos direitos humanos

Começa hoje e vai até a próxima quarta-feira, 13, em Belém, a 38ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), na sede da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Pará, na Praça Barão do Rio Branco, 92, no bairro da Campina. Além da Reunião Plenária dos conselheiros e conselheiras, nesta segunda, na OAB Pará, haverá a audiência pública “Violações de Direitos Humanos no Estado do Pará”, no Centro de Eventos Benedito Nunes (Hangarzinho) da Universidade Federal do Pará (UFPA), amanhã, 12, com o objetivo de identificar as principais violações de direitos e propor soluções.

Na quarta, reuniões institucionais com o poder público vão servir para discutir encaminhamentos e soluções às violações de direitos humanos mais recorrentes no Estado, apontadas como prioridade durante a audiência do

dia anterior. Devem ser solicitadas reuniões com o governador do Pará, Simão Jatene, e com os chefes do Tribunal de Justiça e do Ministério Público Estadual.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) é um órgão com composição paritária, formado por 11 representantes do poder público e 11 da sociedade civil. O colegiado existe há mais de 50 anos para promover e defender os direitos humanos mediante ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos. Atualmente, é presidido por Fabiana Severo, representante da Defensoria Pública da União. O vice-presidente é Darci Frigo, representante da Plataforma Dhesca Brasil (Direitos Humanos, Econô-



nicos, Sociais, Culturais e Ambientais).

A audiência pública na UFPA será dividida em dois momentos: das 9 às 13h haverá debate sobre violações no contexto do campo e de conflitos socioambientais; das 14 às 18h, sobre violações no contexto urbano. A atividade contará com a presença de lideranças e representantes de entidades da sociedade civil e de instituições públicas com atuação na defesa dos direitos humanos.

Em novembro de 2017, no Encontro Nacional de Direitos Humanos na Câmara Federal, em Brasília, conselhos estaduais de direitos humanos, reunidos em plenária ampliada com o CNDH, demandaram a realização de reuniões descentralizadas para verificação da denúncias de violações e possibilidades de atuação em conjunto com entidades e poderes locais. A primeira reunião foi em março, em Salvador, durante o Fórum Social Mundial. “Agora, precisamos pensar conjuntamente em uma atuação estratégica no Pará, devido à quantidade e à

gravidade dos casos de violação de direitos humanos envolvendo violência urbana e no campo”, destacou Fabiana Severo. Darci Frigo lembrou que o massacre de Pau D’Arco completou um ano sem conclusões sobre os mandantes do crime. “Há mais pessoas ameaçadas na região. Não podemos tolerar a violência no campo, muito menos no grau em que está”, disse ele.

A violência urbana, principalmente o extermínio da juventude negra e da periferia, também estará em pauta. “Só no dia 9 de abril, num intervalo de menos de 10 horas, 13 pessoas foram mortas em Belém com características de execução depois da notícia dos assassinatos de dois policiais”, ressaltou Frigo. “É sobre isso que precisamos falar. E sobre a violência dentro das escolas, crise no Sistema Penitenciário, precariedade do sistema de segurança pública e outros assuntos que configurem violações e forem levantados durante a estada do Conselho no Pará”.